MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

MPE: 'Indenizar-se' não tem data para encerrar

Segundo procurador, órgãos do Governo de Sergipe seriam também afetados por 'esquema'

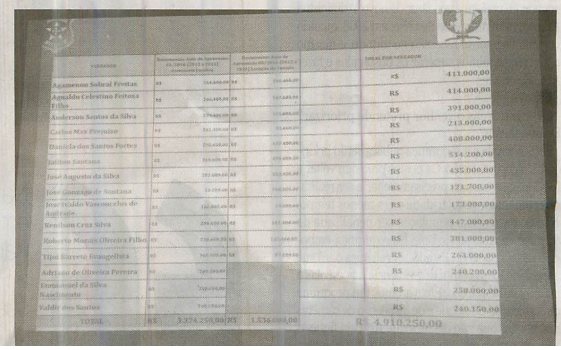
Após finalização da segunda fase da Operação Indenizar-se, o procurador do Ministério Público que acompanha o caso, Henrique Cardoso avisou, em coletiva realizada nessa sexta, 16, que a Operação não terminou. De acordo com o representante, órgãos do governo de Sergipe também estariam sendo afetados pelo 'esquema'.

Henrique afirmou que prisões nestes órgãos estaduais podem acontecer ainda este ano. "Não gostaria de dizer que órgãos serão afetados, mas estão relacionados ao Estado e ainda este ano algumas pessoas podem ser presas por participarem dessa prática, ou seja, o mesmo esquema de Alcivan com a família, vendendo nota e recebendo 12%, 15%", denunciou.

Após prisão dos vereadores, Agamenon Sobral (PHS) e Tijói Barreto Evangelista (PR), mais conhecido como Adelson Barreto Filho e dos advogados Alcivan Menezes Silveira e os filhos Richard Leon Freitas Silveira, Alcivan Filho e Pedro Ivo Santos Carvalho, o Ministério Público Estadual (MPE) e o Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) realizaram coletiva de imprensa para esclarecer as etapas da Operação Indenize-SE.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

■ **Ministério** Público Estadual realizou coletiva para detalhar a operação e o que ainda pode ocorrer



VEREADOR	Recebimento total de [illegible] de 2012 a 2016 (Acréscimo legal)	Recebimento total de [illegible] de 2012 a 2016 (Acréscimo legal)	TOTAL POR VEREADOR
Agamenon Sobral Freitas	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 411.000,00
Agnaldo Celestino Fernandes Filho	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 414.000,00
Anderson Santos da Silva	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 391.000,00
Carlos Max Prejuízo	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 213.000,00
Daniela dos Santos Portes	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 408.000,00
Jailton Santana	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 334.200,00
José Augusto da Silva	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 435.000,00
José Gonzaga de Santana	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 173.700,00
Marcelo Vasconcelos de Andrade	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 173.000,00
Nenilson Cruz Silva	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 447.000,00
Roberto Marcos Oliveira Filho	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 381.000,00
Tijói Barreto Evangelista	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 263.000,00
Adelson de Oliveira Ferreira	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 240.200,00
Emanuel da Silva Nascimento	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 258.000,00
Valdir dos Santos	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ 240.150,00
TOTAL	R$ 3.374.250,00	R$ 1.536.000,00	R$ 4.910.250,00

ceu a *primeira* fase da Operação e a partir daí, os órgãos envolvidos continuaram fiscalizando o uso do valor de R$ 15 mil mensais advindos das verbas de subvenções por parte dos vereadores. O total desviado, de acordo com a Deotap, foi de quase R$ 5 *milhões. Dos 15 inicialmente* indiciados, cinco deles teriam deixado de lado as ações indevidas, seriam eles: Max Prejuízo (PSB), Dr. Gonzaga (PMDB), Anderson de Tuca (PRTB), Ivaldo José (PSD) e Pr. Roberto (SD) foram inocentados.

Como o "esquema" continuou acontecendo entre os outros 10 vereadores, a justiça pediu afastamento de seus mandatos. O fato de apenas dois dos 15 vereadores serem presos chamou a atenção, a delegada responsável pelo caso, Danielle Garcia, afirmou que se trata do grande envolvimento de Adelson Filho e Agamenon. "O requerimento partiu do Ministério Público, no entanto, acredito que as prisões de apenas dois dos vereadores é em razão da situação esdruxula que os envolve no conjunto probatório que está no inquérito".

Henrique Cardoso, confirmou o discurso da delegada alegando que há insistência na possível prática ilegal. "Só dois foram presos em razão da gravidade do caso e da permanência, ou seja, quando identificamos no primeiro momento a situação, diversos cessaram a atividade, outros mantiveram o que justificou o afastamento, outros radicalizaram a atividade, montando novas estruturas criminosas", contou.

Danielle falou sobre a situação do vereador Adelson Barreto Filho em particular. "É extremamente complicada, as notas fiscais falsas apresentadas pelo vereador, notas fiscais de empresas diferentes, com a mesma caligrafia, recibos de empresas diferentes com assinaturas diferentes. Inscrição estadual se repetindo em notas diversas, ou seja, uma fraude escandalosa. Não

■ **Foi apresentado** também nessa sexta, 16, pelo Ministério Público, uma tabela contendo nomes de vereadores e valores

tiveram nem o cuidado de apresentar um documento com aparência de verdadeiro".

Mesmo já tendo sido preso na primeira fase da Operação, Alcivan teria continuado a participar das irregularidades. A delegada afirmou que a figura do Alcivan "saiu de cena" a partir do TAG que foi celebrado com o TCE, no entanto, os nomes dos filhos apareceram nas notas frias. "O Richard Leon, filho de Alcivan, apareceu nas notas. Mudaram algumas empresas, umas delas inclusive, fomos atrás e as assinaturas não são deles, são falsas, ou seja, eles continuaram o esquema. Eles já foram presos, foram soltos e a gente se pergunta: esse esquema vai continuar?", questionou intrigada.

A mesma situação de insistência estaria acontecendo com os vereadores Agamenon e Adelson Filho. A delegada ainda afirmou que uma advogada estaria sendo contratada para fazer serviços que não seriam de sua competência. "Mesmo depois de tudo isso, eles apresentam notas fiscais de uma determinada advogada que eles destinam toda verba a indenizatória (R$ 15 mil) para uma única assessoria jurídica prestada por uma advogada. Essa assessoria demonstrada através de relatório, diz respeito a: solicitação à Emurb de poda de árvore, tapar buracos, mudança de nome de ruas; essas são questões administrativas que a própria assessoria do vereador poderia fazer", relatou.

A prática teria sido chamada de absurda pela delegada. "Dizer que está pagando R$ 15 mil a uma advogada para que ela mande quatro ofícios à Emurb é absurdo. O que nos chama a atenção é o fato de isso acontecer mesmo após todas as medidas policiais, judiciais e do Tribunal de Contas. A sensação que a gente tem é que eles não respeitam ninguém e não vão respeitar", lamentou.

Danielle Garcia afirmou que o monitoramento da utilização da verba indenizatória continuará. "Com relação a daqui pra frente o que a gente vai fazer é acompanhar a utilização dessas verbas indenizatórias. Todos os meses a gente tem oficiado à Câmara Municipal de Aracaju para saber como está sendo gasto esse dinheiro. A verba em si não é ilegal, tem previsão legal, regulamentada no regimento da Câmara, entretanto o que não pode acontecer é o uso indevido desses valores e apropriação por parte de alguns dos vereadores".

Agamenon tem divulgado que a ação é perseguição da delegada. Sobre isso, ela alegou que "para esse discurso de perseguição eu apresento o inquérito de seis mil páginas e só".

• Eleições 2016

A grande questão é se esta ação pode, de alguma forma, atrapalhar legalmente a campanha dos envolvidos na Operação Indenize-se. O promotor do Ministério Público, Henrique Cardoso, afirmou que esta questão "ainda está sob análise porque o inquérito foi concluído recentemente, a denúncia foi ofertada agora, então nós vamos pegar essa denúncia, vamos nos concentrar com alguns promotores eleitorais e verificar o que podemos fazer em conjunto".

O promotor completou a informação alegando que a verba desviada pode ter ligação com o pleito de 2016. "Há uma forte suspeita de que esses recursos desviados eram utilizados para desequilibrar a balança eleitoral. Porque o sujeito de certa forma se abusa do poder econômico para poder desequilibrar a disputa eleitoral. Por isso que se têm vários políticos eleitos e reeleitos vários vezes porque ele tem acesso a recursos públicos muitas vezes de maneira indevida e se utiliza disso para promover sua próxima campanha. Iremos analisar para saber se podemos retirá-los da política".

Há pouco menos de 15 dias do pleito, o promotor acha difícil que haja uma medida específica que possa impedir as campanhas. "Acho pouco provável que saia alguma liminar afastando-os, não sei se teremos tempo para tanto, mas as consequências eleitorais virão", avisou.

Para Henrique Cardoso, uma influência possível na campanha pode partir dos eleitores. "Para saber se a situação deles muda na campanha, tem que perguntar para o povo, ele é que vão dizer. Para a Justiça eleitoral ainda não há nenhuma influência porque o processo não foi julgado em segunda instância. Nosso objetivo é deixar claro a situação para toda a população se o povo, mesmo sabendo do que acontece, quiser realocá-los onde eles estão, paciência".

HENRIQUE CARDOSO AFIRMOU QUE PRISÕES NESTES ÓRGÃOS ESTADUAIS PODEM ACONTECER AINDA ESTE ANO

PRESOS

Agamenon Sobral falou à equipe do Jornal **Correio de Sergipe** que vai optar por não se manifestar já que, após conceder entrevista a uma rádio, o Ministério Público teria pedido seu afastamento do mandato. De acordo com ele, isso ainda não havia acontecido, tanto que Adelson Barreto Filho, que também foi preso, não teve o mandato suspenso. Adelson foi procurado pela equipe, mas não houve sucesso na tentativa de contato.